

SAÚDE E LIMPEZA: INTERVENÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ALIADA À PRÁTICAS DE SAÚDE PARA ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Bianca Aparecida Borges e Silva¹

Raíne Piva Amaral²

Danyelle Silva Amaral³

Cibele Marli Cação Paiva Gouvêa⁴

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

RESUMO

Uma das vertentes da Educação Ambiental consiste na saúde pública. A higienização particular tem imenso reflexo na saúde humana e na prevenção de doenças. É muito comum no decorrer da permanência dos alunos no ambiente escolar, a falta de preocupação com a higiene pessoal. O objetivo deste trabalho foi promover práticas educativas com informações sobre saúde e higiene para auxiliar na conscientização da importância da higiene pessoal na prevenção de doenças. Foi realizada intervenção em quatro salas de 6º anos do ensino fundamental da Escola Estadual Doutor Napoleão Sales, em Alfenas (MG). Foi ministrada aula sobre saúde e higiene pessoal, visando atender à saúde primária dos alunos. Dessa forma, auxiliando na conscientização da importância da higiene pessoal na prevenção de diversas doenças. e, conseqüentemente, contribuindo para a promoção da saúde da comunidade local. Os resultados demonstraram que todas as salas apresentaram aumento significativo ($p < 0,05$) da porcentagem de alunos que acertou todas as questões, além disso em 3 salas nenhum aluno tirou nota abaixo de 1 ponto. Percebe-se que esse tipo de abordagem contribuiu para a aprendizagem de escolares do 6º ano. Aliar a Educação Ambiental com as práticas de saúde pode ser um ponto importante para superar os problemas de saúde que acometem a sociedade como um todo.

Palavras-chave: hábitos de higiene; aula alternativa; saúde e limpeza.

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, entende-se por educação ambiental os processos, pelos quais, o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio

¹ Bolsista do PET Biologia, Universidade Federal de Alfenas, Campus Sede, bianca_borges06@hotmail.com.

² Não bolsista do PET Biologia, Universidade Federal de Alfenas, Campus Sede, raine_piva@hotmail.com.

³ Bolsista do PET Biologia, Universidade Federal de Alfenas, Campus Sede, danyelleamaral@outlook.com.

⁴ Bolsista do PET Biologia, Professora titular, Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências da Natureza, Campus Sede, cibelegouvea@hotmail.com.

ambiente, bem como de uso comum do povo e essencial à saúde, qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999). Para que a educação ambiental cumpra seu papel, além de discutir sobre o meio ambiente físico, ainda abordar a realidade local e toda a complexidade das relações entre meio ambiente e sociedade (PEREIRA; MELO; FERNANDES, 2012).

Aliar a educação ambiental com as práticas de saúde pública pode ser um ponto importante para superar os problemas que acometem a sociedade como um todo. (MOHR; SCHALL, 1992). Franco e Vaz (2007) propõem estabelecer a educação ambiental na área da saúde e destacam a união entre as duas temáticas, dado que ambas zelam pela sociedade, ou seja, pelo coletivo. Dessa forma, ressaltam a importância de lutar pelos direitos humanos básicos, como saúde e educação, visando arquitetar um ambiente onde todos possam satisfazer suas necessidades e praticar a humanidade com totalidade.

Entender sobre como unir esses dois importantes ramos da sociedade é de extrema importância para pensar a saúde coletiva como um conjunto de fazeres e conhecimentos que inspirem a promoção de uma vida saudável e de qualidade, extrapolando os serviços de saúde. Essa é também a linha assumida por Campos (2000), pois a saúde coletiva é um saber constitutivo e essencial a todas as práticas em saúde, além de reconhecer que outros campos geram saberes e políticas importantes a sua ratificação. Além disso, de acordo com as políticas públicas educacionais, observa-se que a educação ambiental faz parte dos temas transversais e situa-se, especificamente, no tema transversal Saúde e Ambiente (BRASIL, 1998).

Destacando a saúde local, os cuidados com a prevenção de doenças e a gestão de fatores ambientais deletérios a ela são temas abordados como estratégia de Ação Primária de promoção à saúde, que consiste em um conjunto de ações voltadas à prevenção de doenças e proteção da saúde (PEREIRA; MELO; FERNANDES, 2012). A higienização particular tem reflexo na saúde humana e na prevenção de doenças, contudo, é muito comum no ambiente escolar, a falta de preocupação dos alunos, com esse tema (SILVA, 2014).

O objetivo do presente trabalho foi promover práticas educativas com informações sobre saúde e higiene para auxiliar na conscientização da importância da higiene pessoal na prevenção de doenças.

METODOLOGIA

Para verificar a percepção dos alunos do 6º ano do ensino fundamental, sobre a importância dos hábitos de higiene pessoal vinculada à educação ambiental, o grupo PET-Biologia da Universidade Federal de Alfenas (Alfenas, MG) aplicou intervenção dinâmica teórico-prática, em quatro turmas de 6º ano da Escola Estadual Doutor Napoleão Sales. A dinâmica intitulada “saúde e limpeza” contou com explicação teórica sobre a importância de hábitos como lavar as mãos, lavar os alimentos, cortar as unhas, escovar os dentes e manter o ambiente limpo, para evitar a contaminação por microrganismos causadores de doenças.

A parte prática constou da representação de uma criança em papel (FIG. 1) com características anti-higiênicas conduzindo os alunos à reflexão sobre o que teria causado tais características e quais as consequências destas para o indivíduo. Posteriormente, a turma discutiu quais hábitos de higiene são necessárias para mudar a situação do boneco e a cada citação uma característica anti-higiênica era substituída por uma higiênica.



Figura 1: Esquema representando hábitos higiênicos e anti-higiênicos utilizados para desenvolvimento da atividade prática.

O levantamento de dados foi realizado por meio da aplicação de questionários, nas respectivas turmas, antes e após a intervenção. Os dois questionários possuíam duas perguntas sobre saúde e higiene. Cada questionário teve valor de dois pontos, sendo a nota máxima atribuída para os alunos que acertaram todas as questões e o restante proporcional ao número de acertos. As notas foram agrupadas em três classes de notas: de 0 à 0,9; 1 à 1,99 e 2 pontos. Realizou-se a análise estatística dos dados por meio de teste *T* Student ($p < 0,05$), a fim

de comparar os erros e acertos antes e após a intervenção com o intuito de avaliar a efetividade da atividade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como demonstrado na Figura 2, antes da intervenção na sala 1, 81,49% dos alunos acertou todas as questões, enquanto 14, 81% obteve nota maior que 1 e inferior a 2 e 3,7% teve pontuação inferior a 1. Na sala 2, 70,85% dos alunos obteve nota máxima; 20,82% apresentou nota entre 1 e 1,99 e 8,33% teve nota menor que 1. Na sala 3, 63,64% dos alunos conseguiu atingir nota máxima, enquanto 31,43% ficou com nota entre 1 e 1,99 e 4,16% obteve abaixo de 1. Na sala 4, 76,19% dos alunos atingiu nota máxima, 14,29% ficou entre 1 e 1,99 e 9,52% obteve nota menor que 1.

A Figura 3, mostra que na sala 1, houve aumento de 7,41% dos alunos obtiveram nota 2 (88,9%); 11,1% dos alunos obtive nota entre 1 e 1,99 e nenhum dos alunos teve nota inferior a 1. Na sala 2, 83,35% dos alunos acertaram todas as questões demonstrando um aumento de 12,5%, enquanto 8,33% dos alunos obtiveram nota entre 1 e 1,99, e 8,32% deles ficaram abaixo de 1. Na sala 3, 81,82% dos alunos obtiveram nota 2, ou seja, uma melhora de 18,18%, enquanto 18,18% dos alunos ficaram entre 1 e 1,99 e nenhum ficou abaixo disso. Finalmente na sala 4, 85,72% dos alunos acertaram todas as questões o que significa uma melhora de 9,53% , enquanto 14,21% ficou entre 1 e 1,99 e nenhum ficou abaixo de 1.

Como visto, todas as salas apresentaram aumento significativo ($p < 0,05$) da porcentagem de alunos que acertou todas as questões, mesmo sendo o segundo questionário com maior nível de dificuldade que o primeiro. Além disso, nas salas 1, 3 e 4 nenhum aluno ficou com nota abaixo de 1 ponto, o que não ocorreu na sala 2. Assim, a atividade desenvolvida foi eficiente para estimular a aprendizagem do tema abordado, mas não foi capaz de atingir todos os alunos, provavelmente, pela diferença inicial de conhecimento.

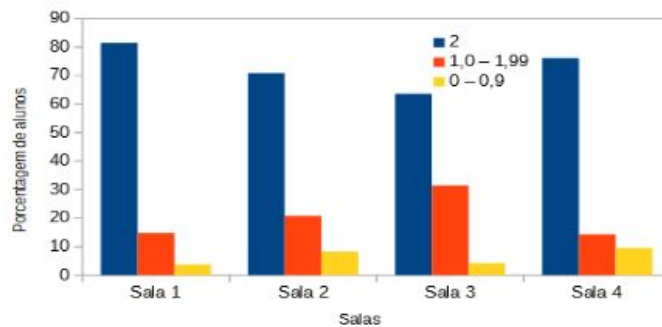


Figura 2: Porcentagem das notas obtidas nas diferentes salas para as respostas ao questionário aplicado antes da intervenção.

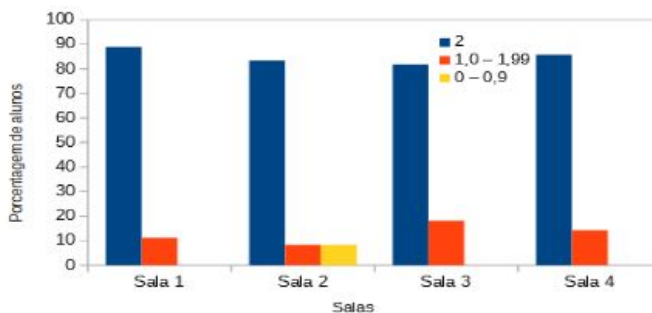


Figura 3: Porcentagem das notas obtidas nas diferentes salas para as respostas ao questionário aplicado após a intervenção.

CONCLUSÕES

Este tipo de trabalho é relevante, uma vez que pode atingir a comunidade abordando questões socioambientais que auxiliam na promoção da saúde pública. A interdisciplinaridade é fundamental para a fixação e assimilação do conteúdo abordado, quebrando barreiras do individualismo e trabalhando o coletivo para atingir objetivos comuns.

Diante dos resultados apresentados, pode-se observar que houve melhora das notas máximas obtidas em todas as turmas, demonstrando a efetividade da intervenção de Educação Ambiental aplicada à saúde e higiene. Isso denota a importância da abordagem de temas relacionados ao cotidiano dos alunos, a fim de contribuir para a melhoria de seus hábitos pessoais, com aplicação possível no cotidiano, sendo uma ferramenta de prevenção a doenças e um recurso a ser aplicado na Atenção Primária.

REFERÊNCIAS



CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 2, p. 219-230, 2000.

FRANCO, J. B.; VAZ, M. R. C. Aprendendo a ensinar a partir de uma perspectiva socioambiental no contexto da saúde coletiva. **Ambiente e Educação**, v. 12, n. 1, p. 81-92, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.795, de 1999, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 15 jul 2018.

MOHR, A.; SCHALL, V. T. Rumos da educação em saúde no Brasil e sua relação com a educação ambiental. **Caderno de Saúde Pública**, v. 8, n. 2, p. 199-203, 1992.

PEREIRA, C.A.R.; MELO, J.V. de; FERNANDES, A.L.T. A educação ambiental como estratégia da Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 7, n.23, p. 108-116, 2012.

SILVA, V. M. Importância do lúdico no ensino de higiene para alunos do ensino fundamental: utilização de jogo da memória. **Revista F**